

Fernando Haddad defende parceria entre o Brasil e EUA contra organizações criminosas

DIVULGAÇÃO

No dia em que a Receita Federal deflagrou uma megaoperação contra fraude no setor de combustíveis, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou a importância de um diálogo direto com o governo dos Estados Unidos para coibir crimes de evasão de divisas e lavagem de dinheiro. Ao falar com jornalistas na porta do Ministério da Fazenda nesta quinta-feira (27), o ministro explicou que os criminosos usam o estado de Delaware, nos Estados Unidos, como paraíso fiscal para tirar ilegalmente dinheiro do Brasil, sem a devida declaração, e depois trazê-lo de volta “lavado”. “A última operação foi de R\$ 1,2 bilhão de envio para esses fundos em Delaware, e que voltam pra cá na forma de aplicação, como se fosse um investimento estrangeiro. Mas, na verdade, o dinheiro



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, fala sobre a importância de um diálogo direto com o governo dos Estados Unidos para coibir crimes de evasão de divisas e lavagem de dinheiro

saiu daqui.”

Ele e o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, já conversaram com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre a urgência dessa articulação com o país da América do Norte. Além

disso, Haddad afirmou que, a partir dessas investigações, a Polícia Federal vai atuar na recuperação de ativos no exterior e mobilizar a Organização Internacional de Polícia Criminal (Interpol). “Fizemos uma representação

perante o Ministério Público Federal no Rio de Janeiro. São 300 páginas de toda a movimentação financeira e do esquema criminoso para que a justiça do Rio de Janeiro dê impulso a esses processos”, detalhou.

Estado americano de Delaware tem sido usado como paraíso fiscal

A Operação Poço de Lobato foi deflagrada nesta quinta-feira em cinco estados para desarticular esquema de sonegação fiscal e lavagem de dinheiro no setor de combustíveis. Os mandados foram cumpridos na Bahia, no Distrito Federal, em Minas Gerais, no Rio de Janeiro e em São Paulo.

A operação desta quinta-feira é um desdobramento da Operação Carbono Oculto, que fechou dezenas de postos de combustíveis em nos estados do Maranhão, Piauí e Tocantins.

A Receita Federal já identificou 17 fundos ligados ao grupo, que somam patrimônio líquido de R\$ 8 bilhões. Em sua maioria,

são fundos fechados com um único cotista, geralmente outro fundo, criando camadas de ocultação.

“Você precisa atuar também pelo andar de cima. É o andar de cima que irriga com bilhões as atividades criminosas. Hoje estão sendo bloqueados R\$ 8 bilhões de fundos. Na Operação Carbono oculto foram R\$ 30 bilhões. Só agora foram R\$ 8 bilhões”.

Haddad também voltou a pedir ao Congresso para concluir a votação do texto do dever contumaz, um projeto de lei que cria um regime específico para punir o contribuinte que sonega impostos de forma deliberada e recorrente. O texto já foi aprovado no Senado e aguarda a tramitação

na Câmara.

“É um apelo que eu deixo aqui, é um trabalho que fazemos há três anos. Aperfeiçoamos o texto, incluímos na lei uma série de benefícios para o bom contribuinte, para separar o joio do trigo”, disse o ministro. Segundo ele, o projeto de lei protege “99%” dos contribuintes honestos.

“Uma lei muito equilibrada. Se não fosse, não teria passado com unanimidade no Senado”, disse. “Se conseguirmos sancioná-lo ainda este ano, vamos entrar no ano que vem mais fortes nesse tema”, completou.

(AGÊNCIA BRASIL)

CPI do Crime chama militares e convoca chefe da Meta e TH Joias

A Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado que investiga o crime organizado aprovou, na quarta-feira (26), convites para comparecerem à CPI os comandantes da Marinha, almirante de esquadra Marcos Sampaio Olsen, e da Aeronáutica, tenente-brigadeiro do ar Marcelo Kanitz Damasceno. Também foi convidado o chefe do comando militar do Exército na Amazônia, general Luiz Gonzaga Viana Filho. Como se trata de um convite, e não de uma convocação, os militares podem decidir se vão ou não comparecer à comissão.

O autor do requerimento para convite dos comandantes da Marinha e Aeronáutica, senador Eduardo Girão (Novo-CE), argumentou que ouvir os militares é fundamental para entender o papel das Forças Armadas na proteção das fronteiras marítimas e no controle do tráfego aéreo, por onde passaria boa parte do tráfico de drogas e armas no Brasil.

“A Força Aérea Brasileira (FAB), sob o comando do tenente-brigadeiro do ar Marcelo

Kanitz Damasceno, é responsável por fiscalizar, monitorar e, quando necessário, interceptar essas aeronaves, garantindo a soberania do espaço aéreo nacional”, disse Girão, referindo-se ao convite ao comandante da Aeronáutica.

Outro requerimento apresentado pelo relator da CPI, senador Alessandro Vieira (MDB-SE), convoca o diretor-geral da Meta no Brasil, Conrado Leister. A gigante da tecnologia Meta controla as redes sociais Facebook, Instagram e Whatsapp. O relator da CPI, Alessandro Vieira, argumentou que é preciso investigar também a empresa dos Estados Unidos (EUA) devido a uma “possível utilização sistemática” das redes da Meta para disseminação de atividades criminosas e “como fonte de financiamento” do crime.

O senador citou notícias publicadas na imprensa envolvendo documentos internos da Meta que revelariam que a empresa tem conhecimento do uso de anúncios para aplicação de golpes e fraudes contra

internautas e comércio de ilícitos.

“Tais documentos indicam que a Meta obteve um faturamento de aproximadamente US\$ 16 bilhões em 2024, proveniente da veiculação de anúncios de golpes e produtos proibidos. Este valor representaria cerca de 10% da receita anual total da companhia”, justificou o parlamentar sergipano.

Alessandro Vieira pretende reunir informações sobre o volume de dinheiro movimentado por anúncios fraudulentos e de atividades ilegais no país, além de saber quais as medidas adotadas pela empresa para coibir essas atividades.

“Causa profunda estranheza e agrava a situação o fato de que, segundo os documentos, a Meta tem plena ciência do problema. A empresa teria optado por um modelo de negócios que monetiza o risco, já que a Meta só bloquearia contas de anunciantes quando seu algoritmo indicasse 95% de certeza de fraude”, completou Alessandro Vieira ao pedir a convocação do chefe da Meta no Brasil.

Ex-deputado preso preventivamente pela PF sob acusação de intermediar armas para facção criminosa no Rio de Janeiro

Também foi aprovado requerimento do relator da CPI para convocação – quando há obrigação de comparecer à Comissão – do ex-deputado estadual do estado do Rio, Thiago Raimundo dos Santos Silva (MDB-RJ), conhecido como TH Joias.

Ele foi preso preventivamente pela Polícia Federal (PF) e indiciado acusado de intermediar armas para facção criminosa no Rio de Janeiro. A defesa do ex-parlamentar nega as acusações.

“O Sr. Thiago foi indiciado pela Polícia Federal do Rio de Janeiro por crimes graves

ligados a facções. O suposto uso de um negócio legítimo, como o comércio de joias, para lavar e movimentar milhões em nome dessas facções, é um ponto de interesse central para esta CPI”, justificou o relator da Comissão.

A CPI ainda aprovou requerimentos de convite para ouvir, entre outras autoridades envolvidas em órgãos que contribuem no combate ao crime organizado: o diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal (PRF), Antônio Fernando Souza Oliveira; o secretário especial da Receita Federal,

Robinson Sakiyama Barreirinhas; o secretário Nacional de Segurança Pública, Mário Luiz Sarubbo; e o presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), Ricardo Andrade Saadi. Criada após a repercussão da operação policial no Rio de Janeiro que causou a morte de 122 pessoas, a CPI do Crime Organizado pretende produzir um diagnóstico das atividades de facções e milícias no Brasil para sugerir mudanças legislativas e políticas públicas para combater essas organizações.

(AGÊNCIA BRASIL)

C.P.M. e SANTA CASA

PROCTOLOGIA

AO LADO DA DOM NA LAGOA DA JANSEN

DR LAUANDE

CONSULTAS E COLONOSCOPIAS

(98) 99985-7610

CÂMARA MUNICIPAL DE CARUTAPERA - MA AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA PARA REGISTRO DE PREÇO Nº CP-001-2025 Processo Administrativo Nº 014/2025. A Câmara Municipal de Carutapera - MA, através de sua Comissão Permanente de Licitações, torna público que realizará o Processo Licitatório, cujo Objeto é a Reforma e ampliação da Câmara Municipal de vereadores de Carutapera - MA.

DATA DE ABERTURA: 11/12/2025. HORÁRIO: 08:00 horas. BASE LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021. Disponibilidade do edital na CÂMARA MUNICIPAL DE CARUTAPERA, localizada na Rua Firmino Pantoja, s/n, Centro, Carutapera – MA, CEP: 65.295-000, inscrita no CNPJ sob nº 00.903.736/0001-70, de 2ª. a 6ª. feira, das 08h00 às 12h00, mais informações pelo e-mail: camaracarutapera25@gmail.com.

Carutapera – MA, 28 de novembro de 2025.
Maria Janete Teixeira Bessa
Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANDA DO NORTE/MA AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA Nº CP-017-2025, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 103/2025.

A Prefeitura Municipal de Miranda do Norte - MA, através de sua Comissão Permanente de Licitações, torna público que realizará o Processo Licitatório Eletrônico, cujo Objeto é a Contratação De Empresa Para Execução Dos Serviços De Construção de Escola, Conforme Termo Nº 200003363-1-2020 – FNDE - TRIANGULO, em Apoio às Atividades da Prefeitura Municipal de Miranda do Norte – Ma

DATA DE ABERTURA: 15/12/2025. HORÁRIO: 08:00 horas. BASE LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021. Disponibilidade do edital na Rua do Comércio nº 183 – Centro – Miranda do Norte – MA, de 2ª. a 6ª. feira, de 08h00 às 12h00, mais informações pelo e-mail: cplmiradadonortejm@gmail.com.

Miranda do Norte – MA, 27 de Novembro de 2025.

Emileide de Sousa Araújo
Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANDA DO NORTE/MA AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA Nº CP-018-2025, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 106/2025.

A Prefeitura Municipal de Miranda do Norte - MA, através de sua Comissão Permanente de Licitações, torna público que realizará o Processo Licitatório Eletrônico, cujo Objeto é a Contratação De Empresa Para Execução Dos Serviços De Construção de Creche Pré-escola Tipo I, Conforme Termo Nº 202003360-1-2020 – FNDE – Bairro Santa Cruz, em Apoio às Atividades da Prefeitura Municipal de Miranda do Norte - Ma

DATA DE ABERTURA: 15/12/2025. HORÁRIO: 16:00 horas. BASE LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021. Disponibilidade do edital na Rua do Comércio nº 183 – Centro – Miranda do Norte – MA, de 2ª. a 6ª. feira, de 08h00 às 12h00, mais informações pelo e-mail: cplmiradadonortejm@gmail.com.

Miranda do Norte – MA, 27 de Novembro de 2025.

Emileide de Sousa Araújo
Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DO MARANHÃO/MA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. PE.028/2025. O Município de Santo Amaro do Maranhão/MA, Poder Executivo, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local indicado fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço por item, tendo por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviço de recarga de oxigênio medicinal, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento do Município de Santo Amaro do Maranhão/MA, em conformidade com o Termo de Referência disposto no Anexo I do edital, o qual será processado e julgado nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital a realizar-se às 09:00 (nove horas) horas do dia 17 de dezembro de 2025. O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na sala da Comissão Permanente de Licitação, na Praça Nossa Senhora da Conceição, S/N, Centro, Santo Amaro do Maranhão – MA, horário de 08:00 às 12:00 horas, no endereço eletrônico www.licitasantoamaroma.com.br. Esclarecimento adicional no mesmo endereço ou através do E-mail: cplisantoamaroma@gmail.com. ou na página portal.santoamaroma.ma.gov.br. Santo Amaro do Maranhão/MA, 26 de novembro de 2025. Izabel Cutrim dos Santos Neta Secretária Municipal de Saúde e Saneamento Portaria: 56/2025.